

## ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES - CONCIDADES

REALIZADA NOS DIAS 01, 02 e 03/12/2008.

Ao primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, no Salão Jequitibá do Hotel Mercure Brasília Eixo Monumental, situado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 5, Bloco G, na cidade de Brasília, Distrito Federal, realizou-se a décima nona reunião ordinária do Conselho das Cidades (ConCidades), sob a presidência do Senhor Ministro de Estado das Cidades, Marcio Fortes de Almeida. Estavam presentes 117 conselheiros, sendo 71 titulares, 39 suplentes e 07 observadores, conforme **Anexo I**. Os titulares foram representados por 09 conselheiros do Poder Público Federal, 04 conselheiros do Poder Público Estadual, 09 conselheiros do Poder Público Municipal, 21 conselheiros das Entidades de Movimento Popular, 07 conselheiros das Entidades Empresariais, 09 conselheiros das Entidades de Trabalhadores, 08 conselheiros das Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e 04 conselheiros das Organizações Não Governamentais. Estava presente ainda o Secretário Nacional de Direitos Humanos, Sr. Paulo Vannuchi. O Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Elcione Diniz Macedo, saudou a todos e deu início à 19ª reunião ordinária do Conselho das Cidades. Na seqüência, passou à composição da Comissão Coordenadora dos trabalhos convocando o Sr. Cristiano Muller (COHRE) das Organizações Não Governamentais, a Sra. Zilneide Santana (CNTT) das Entidades de Trabalhadores, o Sr. André Guimarães (FRENAVRU), do Poder Público Municipal, o Sr. Heraldo Marinelli (Governo do Estado do Maranhão) do Poder Público Estadual, o Sr. Herivelto Bastos (ANAMACO) das Entidades Empresariais e a Sra. Vitória Célia Buarque (UNMP). Em seguida, o Secretário-Executivo, apresentou a seguinte proposta de pauta para aprovação do Plenário: **1. Apresentação sobre “Criação e desmembramento de municípios”;** **2. Palestra sobre o tema de análise de conjuntura da 19ª reunião - “Crise Financeira e o Cenário para os Investimentos Públicos em Ações de Desenvolvimento Urbano”;** **3. Palestra com debate sobre o Plano Nacional de Habitação - PLANHAB;** **4. Informes dos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalho;** **5. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 18ª reunião ordinária do Conselho das Cidades;** **6. Votação das Resoluções.** O Sr. Elcione Diniz colocou em votação a proposta de pauta, que foi aprovada por unanimidade. Logo após, a ata da décima oitava reunião ordinária do ConCidades foi lida e aprovada pelo Plenário e encaminhou-se para o primeiro ponto de pauta. **1. Apresentação sobre “Criação e desmembramento de municípios”.** O Sr. Elcione Diniz, Secretário-Executivo do Conselho convidou a conselheira Arlete Moysés para proferir exposição de dados acerca da criação e desmembramento de municípios no Brasil. A conselheira apresentou que entre os anos de 1991 e 2000 foram criados mil e setenta municípios, sendo que 94% deste total eram municípios com menos de vinte mil habitantes. Ressaltou que a instalação de municípios sem a devida estrutura administrativa e financeira dificulta a concretização da função social da cidade e da propriedade garantidos na Constituição Federal de 1988 e caracteriza uma fragmentação político-administrativa com proliferação de entes federados. A conselheira apontou ainda necessidade de definir parâmetros nacionais para a criação de municípios, considerando a especificidade de cada região, e manifestou apoio a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 495/06 que regulariza e reconhece os municípios criados até o ano de 2000, que correm o risco de extinção. Para tanto, ressaltou a necessidade de promover debate sobre o Projeto de Lei nº 98/2000, que trata do estabelecimento de critérios para a criação de municípios. O conselheiro Ângelo Arruda

completou a apresentação ressaltando que o Conselho deve se apropriar da discussão e se manifestar quanto a PEC nº 495/06 e o PL nº 98/2000, por meio de resolução. Após a exposição, o conselheiro Benedito Barbosa ponderou que é preciso que o Conselho tenha subsídios, que contemplem a complexidade da questão, para emitir manifestação. Em seguida, o conselheiro Oswaldo Lima Neto parabenizou a exposição e enfatizou a necessidade de discutir a PEC e os municípios que ela abrange, questionando as implicações de regularizar os municípios criados até o ano de 2000 sem a utilização de critérios. O conselheiro Ângelo Arruda finalizou a discussão informando que durante a semana da reunião do ConCidades será realizada uma audiência pública no Congresso sobre a PEC nº 495/06 e propôs a constituição de uma Comissão com representantes de todos os segmentos para participar da audiência.

**2. Palestra sobre o tema de análise de conjuntura da 19ª reunião - “Crise Financeira e o Cenário para os Investimentos Públicos em Ações de Desenvolvimento Urbano”.** O Sr. Elcione Diniz convidou o Sr. Márcio Pochmann para iniciar a palestra. O Sr. Márcio Pochmann manifestou a satisfação em realizar uma reflexão sobre a crise financeira junto ao Conselho das Cidades. Esclareceu que parte do pressuposto de que esta crise é estrutural e sistêmica, de modo que atingirá fortemente na organização atual dos países e este é um momento que pode ser uma oportunidade para que países como o Brasil se fortaleçam no mercado mundial. O palestrante focou a exposição em quatro eixos: a natureza da crise; a problemática do financiamento; conseqüências da crise para a produção alimentar e para as mudanças climáticas; e a crise como oportunidade de constituição de um novo padrão civilizatório. Iniciou explanando sobre o atual padrão de consumo da sociedade e sobre a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento sustentado por bens de consumo duráveis, o que gera um padrão de concentração de renda e intensifica a desigualdade entre os países e entre as pessoas, além da inviabilidade ambiental de universalizar este padrão. O Sr. Márcio Pochmann defendeu que é fundamental que se construa uma agenda pós-crise ambientalmente sustentável e socialmente justa. Em seguida, explanou sobre a substituição do Estado de Políticas Sociais por Políticas de Mercado, ocorrida desde a década de 1970, em especial, o fortalecimento do sistema de financiamento privado para habitação nos Estados Unidos, que se tornou insustentável e provocou esta crise de natureza financeira. Expôs que esta crise é de grave proporção e de longa duração, iniciada no âmbito financeiro e que atinge o âmbito econômico, social, político e cultural. Ao discorrer sobre os impactos da crise no Brasil, enfatizou que diferentemente das crises anteriores, o país conta hoje com uma reserva significativa em moeda forte e com o mercado interno fortalecido, o que torna a situação do país mais estável às mudanças no mercado mundial. Ponderou que este contexto não impede que a crise atinja a economia do país, mas que o Brasil está em uma condição mais favorável do que os países que são diretamente atingidos pela diminuição das exportações com a crise. Esclareceu que em momentos de crise estrutural, há um deslocamento do centro dinâmico do mundo, o que possibilita ao Brasil mudar a forma como se insere no mundo. Discorreu ainda sobre a maneira positiva que o Brasil enfrentou e saiu da crise de 1929 e sobre as boas perspectivas que o país tem com relação ao enfrentamento da crise alimentar e das mudanças climáticas. Enfatizou que este padrão de desenvolvimento de concentração da riqueza em poucas corporações transnacionais torna as empresas maiores do grande parte dos países, provocando um deslocamento das decisões sobre as condições de vida da população do estado para o mercado. Finalizou fazendo uma análise sobre as possíveis mudanças que podem ocorrer na sociedade pós-crise, principalmente, no que diz respeito ao trabalho nesta sociedade e sobre a necessidade de se repensar o padrão de urbanidade, de forma a construir cidades condizentes com as transformações da sociedade. Em seguida, a conselheira Vitória Célia Buarque questionou se ao assumir um novo papel frente ao mercado mundial, a distribuição de renda no Brasil seria maior e se haveria aumento nos investimentos na política urbana e nas políticas sociais. O conselheiro Marcos Landa expôs que leu e ouviu diversas análises sobre a crise, mas que nenhuma analisou o papel que os movimentos sociais teriam neste momento. Desta forma, solicitou que o palestrante realizasse uma breve análise sobre o impacto dessa crise nas políticas sociais no Brasil e na luta dos movimentos sociais. O conselheiro Ênio Nonato solicitou que o

palestrante explique sobre as previsões quanto ao investimento das políticas públicas de longo prazo no Brasil e ressaltou que estas previsões atingem o financiamento na área de habitação proposto pelo PLANHAB. O Sr. Márcio Pochmann expôs que os indicadores sociais no Brasil estão melhores e que há uma maior distribuição de renda, no entanto, a democracia no país é recente e para tornar o Brasil um país mais justo na distribuição de renda dependerá da forma em que a política social será tratada, se haverá maiores investimentos ou retração do Estado e ponderou que até o momento as manifestações com relação a crise tem partido somente do setor empresarial, por isso não é possível ainda fazer uma análise da atuação dos movimentos sociais. Com relação aos investimentos de longo prazo, o palestrante enfatizou a dificuldade que a classe baixa tem para acessar os financiamentos, devido à estrutura bancária do Brasil e defendeu a promoção de intervenção pública que garanta financiamentos também para esta parcela da população. Os conselheiros Luiz Gonzaga e Miguel Lobato ressaltaram que a crise financeira mundial pode intensificar o êxodo rural no país, o que atinge diretamente o desenvolvimento das cidades, demandando financiamento para cidades mais sustentáveis. O conselheiro Nazareno Spósito expôs a necessidade de incentivar o transporte público para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e que, no entanto, uma das primeiras ações do governo frente à crise foi aumentar os recursos destinados para a indústria automobilística. O conselheiro Raul Carrion lembrou ainda do impacto dessa crise para os trabalhadores e a diminuição dos salários e o aumento do desemprego necessita ser enfrentado pelo país. Em seguida o conselheiro Luiz Antônio Grechi solicitou que o palestrante explanasse sobre o seu entendimento de crise de longa duração e se o Plano Nacional de Habitação não estaria na contramão do atual contexto, já que a crise tem origem no financiamento privado para habitação. A conselheira Alexandra Reschke enfatizou a importância do Programa Territórios da Cidadania, por integrar diversas ações e sugeriu que o mesmo fosse apresentado ao ConCidades. O Sr. Márcio Pochmann finalizou a discussão ponderando sobre as implicações da setorização das políticas, em especial, para o desenvolvimento urbano. Concluiu que é preciso integrar os investimentos e ações na área do desenvolvimento urbano e investir também nas cidades de pequeno porte e na área rural para promover as cidades sustentáveis e com maior qualidade de vida para a população. Ressaltou ainda que os impactos e a duração dessa crise dependem das decisões políticas para o seu enfrentamento.

**3. Palestra com debate sobre o Plano Nacional de Habitação - PLANHAB.** O Secretário-Executivo convidou o Sr. Nabil Bonduki, a Sra. Rossella Rossetto e a Sra. Ana Cláudia Rossbach, os consultores do PLANHAB, para tomarem assento na mesa. A Sr. Júnia Santa Rosa ressaltou que a apresentação não é a proposição final do Plano, mas de uma etapa do processo de construção do PLANHAB, em que os consultores sistematizaram as informações existentes e que tem como objetivo alavancar junto ao ConCidades o debate da necessidade de aporte da capacidade institucional e financeira para a habitação e o desenvolvimento urbano. O consultor Nabil Bonduki informou que será lançada uma publicação com o relatório do trabalho de consultoria, com o objetivo de subsidiar o debate nas instâncias de participação. Logo após, iniciou a apresentação ponderando que os objetivos, a conceituação, a contextualização, os cenários e a metodologia participativa do Plano já foram apresentados e discutidos pelo Conselho em outros momentos e por isso o foco desta apresentação são os eixos estratégicos, o modelo de financiamento e subsídios, as propostas de política fundiária e urbana, o desenho institucional e as propostas para a cadeia produtiva da construção civil, além das metas e linhas programáticas. O Sr. Nabil bonduki informou que foi desenvolvida uma metodologia para estratificar a demanda habitacional no país, devido à importância dessa informação para elaborar os cenários e definir o modelo de financiamento e de subsídio e que foi estabelecida uma estratificação em cinco grupos de atendimento. Enfatizou que um dos principais desafios para a política habitacional é potencializar os recursos das fontes existentes e implementar um novo modelo de financiamento e subsídio baseado nesta estratificação, em que grande quantidade de famílias que possuem baixa capacidade de pagamento. Uma das propostas apresentadas para o enfrentamento deste desafio é criar uma Política de Subsídios com repasse direto ao beneficiário

final e com a maximização da utilização do FGTS como fonte de financiamento. O Sr. Nabil Bonduli ponderou ainda que para tornar o PLANHAB um plano efetivo é preciso implementar uma política urbana e fundiária que garanta a capacidade institucional dos entes federativos e a que a cadeia da construção civil tenha profissionais e projetos qualificados, além da garantia de recursos financeiros. Informou ainda que uma das estratégias do Plano é bonificar os estados e municípios que tiverem a estrutura adequada e implantar um índice de capacidade institucional e de gestão urbana e incluir na revisão do PL nº 3057/00 medidas que visem a ampliação e o barateamento da terra legalizada e urbanizada. Finalizou ressaltando que a implementação do PLANHAB requer a revisão tributária para reduzir o custo da habitação, a elaboração de um marco regulatório federal, a qualificação dos profissionais e dos projetos, e que o modelo de financiamento seja flexível para atender a diversidade do problema habitacional no país. A Secretária Nacional Inês Magalhães apresentou uma proposta de agenda de curto prazo e de agenda imediata para a implementação do PLANHAB, entendendo que a sua implementação envolve negociações políticas e que o plano constitui uma estratégia e um projeto que devem ter uma implementação gradual. O conselheiro Carlos Marun ponderou a importância de prever no plano a efetiva implementação dos fundos garantidores, inclusive estaduais, para o financiamento habitacional. O conselheiro Ângelo Arruda enfatizou que o PLANHAB ainda não define muitas responsabilidades para os estados e municípios, devido à visão conservadora das fontes de recurso, que não inclui recursos provindos dos estados e municípios e propôs que a atual proposta do plano seja encaminhada para os estados discutirem. Ressaltou ainda a importância de todos os Comitês Técnicos discutirem o PLANHAB, de forma a integrá-lo com as políticas setoriais. O conselheiro Miguel Lobato enfatizou que o Plano ainda é uma proposta e que esta será apropriada e debatida pelos conselheiros e que o ConCidades deve ser um ator ativo na implementação da agenda apresentada e propôs que o Conselho se manifeste, por meio de resolução, sobre a importância do PLANHAB para o país e da garantia de recursos para implementá-lo. O conselheiro Ricardo Gouvêa elencou as seguintes questões que são fundamentais para a implementação do plano: articulação do plano com as políticas setoriais, criação dos conselhos municipais e estaduais das cidades, a questão do acesso à terra, a implementação de política de prevenção e mediação de conflitos fundiários, a questão dos recursos e dos fundos, a inclusão e o fortalecimento do papel das cooperativas e associações no processo de implantação do PLANHAB e a incorporação da autoconstrução no plano. O conselheiro Miguel Sastre parabenizou o trabalho realizado pelo Ministério e pela consultoria contratada e enfatizou a importância da aprovação da PEC pela Moradia Digna para garantir que a habitação de interesse social esteja na pauta da sociedade brasileira e presente no PLANHAB. A conselheira Alexandra Rescke concorda com o conselheiro Ângelo Arruda no que diz respeito ao envolvimento dos estados e municípios no PLANHAB e propôs a constituição de um Sistema Público de Gestão do Patrimônio Público, com a constituição de um banco de terras públicas de todos os entes federativos com efetivo controle social e enfatizou que a Secretaria do Patrimônio da União realizou ações recentemente que descentralizam as ações de destinação das áreas de patrimônio da União, proporcionando maior agilidade no processo e garantindo que os estados se responsabilizem por essas ações e propõe que esses espaços sejam incorporados na agenda de implementação do PLANHAB, visando a articulação entre os entes federativos. Logo em seguida, o Sr. Nabil Bonduli esclareceu que em todos os cenários apresentados é previsto, em média, contrapartida de 30% dos estados e municípios para os recursos para o grupo 1 da estratificação apresentada e que os municípios mais pobres podem ter uma percentagem menor de contrapartida, enquanto que para os mais ricos a contrapartida pode ser maior e que o plano envolve muitos aspectos que na apresentação não foi possível abordar, por isso a importância dos conselheiros lerem todo o trabalho realizado pela consultoria para realizarem a análise. O conselheiro Nelson Saule lembrou que a discussão do PLANHAB deve se articular com a discussão em torno da construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e a discussão sobre o plano no ConCidades deve ser articulada com a discussão realizada no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social -

CGFNHIS. A conselheira Ana Suely Oliveira questionou quanto à articulação da construção dos planos estaduais e municipais, em andamento, com o plano nacional e o Sr. Nabil Bonduki afirmou a importância de ocorrer esta articulação e enfatizou que mesmo que o PLANHAB não esteja finalizado, a discussão e o material produzido até o momento é um rico subsídio para os estados e municípios construírem os seus planos. A Sra. Júnia Santa Rosa informou que a Secretaria Nacional de Habitação reconhece a importância deste momento de elaboração dos planos estaduais e municipais e que a Secretaria está definindo com fará o apoio financeiro e técnico para os entes. A Secretária Nacional Inês Magalhães finalizou reforçando que esta apresentação tem o objetivo de provocar a discussão do PLANHAB no ConCidades e que assim como a questão dos recursos é fundamental de ser realizada neste momento, a questão do arranjo institucional também deve ser amplamente debatida pelo Conselho. **4. Informes dos Comitês Técnicos e dos Grupos de Trabalho.** O Sr. Sérgio Gonçalves apresentou o relato do Comitê Técnico de Saneamento Ambiental. Relatou que o Comitê apresentou informes sobre o Seminário Nacional sobre o Ano Internacional do Saneamento no Brasil e sobre o convênio firmado entre o Ministério das Cidades e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a realização da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico que coletará dados dos quatro componentes do saneamento. Informou ainda que a pesquisa iniciou no mês de outubro e será finalizada no mês de fevereiro de 2009. Outro informe realizado foi a finalização da consolidação dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio no que diz respeito ao setor saneamento, realizada pelo IPEA. Relatou também que a proposta orçamentária para o ano de 2009 foi apresentada e debatida e que foi apresentado um balanço do PAC Saneamento. O comitê realizou amplo debate em torno do Decreto de Regulamentação da Lei nº 11.445/07 e encaminhou a realização de uma reunião extraordinária do Comitê no dia 14 de janeiro de 2009 para apreciar a minuta do Decreto, pois o documento sofreu alterações. O Sr. Sérgio informou que o Comitê aprovou o documento “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania”, que define as diretrizes para a construção do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB e que este será encaminhado para votação no plenário do ConCidades. A articulação do PLANHAB com o PLANSAB e a campanha para a elaboração dos planos municipais de saneamento também foram pauta do Comitê. Em seguida, a Secretária Nacional de Habitação, a Sra. Inês Magalhães relatou que o Comitê Técnico de Habitação teve como principal ponto de pauta a discussão sobre o PLANHAB e que o grupo elencou como desafios a questão da terra e da articulação com as demais políticas setoriais. Relatou ainda que devido ao caráter estratégico e de implementação gradual do plano, existem medidas que podem ser implementadas imediatamente, o que originou a proposta de quatro resoluções que tratam de recursos, da integração dos planos de saneamento e de habitação, da assistência técnica e sobre o calendário de discussão do PLANHAB nos estados e municípios. O Sr. Daniel Montandon apresentou o relato do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano que definiu as ações prioritárias para a Secretaria de Programas Urbanos em 2009, em que foi dada ênfase para as ações de regularização fundiária e o apoio às ações relacionadas à locação social. Relatou que foi apresentado um balanço do trabalho realizado pela Rede Nacional de Planos Diretores Participativos e que foi deliberado que a capacitação para a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade será coordenada por um grupo de trabalho composto por conselheiros que integram este Comitê, por representantes do Ministério das Cidades e do [Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional](#) – IPPUR e que será promovida a articulação com núcleos estaduais. Informou ainda que a capacitação terá início com a realização de uma Oficina Nacional. O Sr. Daniel Montandon finalizou informando que o Comitê também propõe a inclusão no PLANHAB de questões importantes no que tange a regularização fundiária. O Sr. João Alencar relatou que o Comitê Técnico de Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana discutiu a necessidade de integrar os debates ocorridos no Comitê com os demais Comitês Técnicos e propuseram a participação dos técnicos das quatro Secretarias Nacionais em todos os Comitês. O Comitê também discutiu sobre os eixos estratégicos do PLANHAB e propôs a inclusão de um novo eixo que trate da mobilidade e acessibilidade urbana. O Sr. João Alencar

concluiu informando que houve debate sobre o PAC Mobilidade, o Projeto de Lei da Mobilidade Urbana e a participação da sociedade no gerenciamento dos recursos do Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito - FUNSET e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, que estão contingenciados. O Sr. Elcione Diniz informou que a CEPAL lançará um Programa Mundial de Redução de Acidentes Automobilísticos e que a próxima reunião será no Brasil. Em seguida, a conselheira Alexandra Reschke apresentou o relato do grupo de trabalho para discussão de critérios para destinação de imóveis da União para programas de provisão habitacional de interesse social e informou que foi publicada a Portaria nº 436, no dia 26 de novembro de 2008, constituindo diretrizes para que os estados constituam grupos de trabalho estaduais, compostos pelos segmentos que compõem o ConCidades, para discutir os critérios para destinação de imóveis da União nos estados. Logo após, o conselheiro Marcos Landa relatou que o grupo de trabalho para elaborar proposta de Projeto de Lei para criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano realizou três reuniões, no entanto, devido à importância e complexidade do trabalho do grupo não foi possível finalizar uma proposta de projeto de Lei e solicitou, ao plenário do Conselho, a prorrogação do prazo de 120 dias para finalizar os trabalhos. Os conselheiros Miguel Lobato, Regina Ferreira, Miguel Sastre e Bartíria Costa enfatizaram a relevância deste grupo de trabalho para o Conselho e a necessidade de contratar uma consultoria para a elaboração deste Projeto de Lei e afirmaram que são favoráveis à prorrogação do prazo para a finalização do trabalho deste grupo. A plenária aprovou a prorrogação do prazo. A conselheira Regina Ferreira apresentou o relato da Coordenação Executiva do ConCidades e solicitou a presença de representantes de todas as Secretarias Nacionais nas reuniões deste grupo. A conselheira ressaltou que o enfoque da Coordenação Executiva é propor temáticas importantes para discussão no Conselho e propor uma programação que promova a qualificação e o aprofundamento das discussões no ConCidades. Logo após, a conselheira Bartíria Costa relatou os trabalhos do grupo de trabalho do Ano Internacional do Saneamento no Brasil e do grupo de trabalho para construção do Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB. Informou que o grupo organizou uma oficina, com representação de todos os segmentos, para a construção de um pacto em torno das diretrizes para a construção do PLANSAB e após aprovado pelo Conselho, o documento do pacto será lançado no Seminário Nacional do Ano Internacional do Saneamento no Brasil, também organizado pelo grupo. As conselheiras Aldenora González e Mércia Silva apresentaram relatório elaborado pelo grupo de trabalho de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Informaram que o relatório foi construído com as informações disponibilizadas no GeoSNIC e que o grupo entende que tem a responsabilidade de analisar as informações disponibilizadas sobre as obras do PAC para qualificar as discussões sobre o controle social dos recursos do PAC no ConCidades e promover, através dos conselheiros, a disseminação dessas informações nos estados e municípios. O conselheiro Manoel Wanderley de Oliveira relatou que o GT Agenda analisou as resoluções das três conferências para subsidiar a construção da agenda do Conselho e informou que o trabalho será entregue ao Conselho na 20ª reunião. Em seguida, o Sr. Celso Carvalho relatou que a Comissão de Articulação e Pactuação do PL nº 3057/00 realizou duas reuniões e que o grupo elencou quatorze pontos centrais para discussão e que já discutiram os seguintes pontos: infra-estrutura básica; parcelamento de interesse social; condomínio urbanístico; contratos; intervenção e custo de registro da regularização fundiária. **5. Relato dos encaminhamentos das Resoluções aprovadas na 18ª reunião ordinária do Conselho das Cidades.** O Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz relatou que as Resoluções Recomendadas nº 57 e nº 58 e a Resolução Administrativa nº 16 já foram publicadas no Diário Oficial da União. Com relação à resolução Recomendada nº 59, que recomenda a inclusão de emenda à Resolução Recomendada nº 50, de 02 de abril de 2008, com o objetivo de acrescentar à estrutura formal administrativa a ser criada no Ministério das Cidades, a atribuição de impulsionar o trâmite da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos para implementação e

institucionalização dessa política, o Sr, Elcione Diniz informou que foi publicada a Portaria nº 587/08 que estabelece a tramitação de processos envolvendo a temática de Conflitos Fundiários no Ministério das Cidades. **6. Votação das Resoluções.** O Sr. Elcione Diniz deu início a votação das resoluções e apresentou a proposta de Resolução que recomenda ao Ministério das Cidades a elaboração de um calendário para o ano de 2009 para discussão do PLANHAB em todos os Estados, Distrito Federal e Municípios da federação. A proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Secretário-Executivo iniciou a leitura de Resolução que recomenda que o Ministério das Cidades emita orientação para elaboração dos Planos de Habitação de Interesse Social, dos Planos de Saneamento Básico e de Mobilidade Urbana de forma articulada e em consonância com o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Participativos, no âmbito municipal. Os conselheiros Miguel Lobato e Raul Carrion ponderaram que esta resolução deve prever sobre a elaboração dos planos de habitação, propondo a supressão do termo “de Interesse Social”. A conselheira Regina Ferreira lembrou que a Resolução faz referência a Lei nº 11.124/2005, que trata especificamente do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. A resolução foi aprovada sem alterações pelo plenário. O Sr. Elcione Diniz apresentou a proposta de Resolução que recomenda a aprovação do documento “Pacto pelo Saneamento Básico: mais saúde, qualidade de vida e cidadania” e alteração da Resolução Recomendada nº 33. O conselheiro Miguel Lobato ponderou que a aprovação do Decreto de Regulamentação da Lei nº 11.445/07 é importante para a construção do PLANSAB e propôs a inclusão de um artigo recomendando ao Ministério das Cidades o encaminhamento da Minuta do Decreto. O conselheiro solicitou ainda que o Ministério informe quais são os impedimentos para encaminhar a Minuta do Decreto e que encaminhe para o Conselho quais são as propostas de alteração do documento que já havia sido pactuado no ConCidades. A conselheira Regina Ferreira concorda com a importância da publicação do Decreto e informou que o Comitê Técnico de Saneamento Ambiental deliberou a realização de uma reunião extraordinária, que será realizada no dia 14 de janeiro de 2009, para debater o documento e propôs a inserção de um artigo na resolução que recomende ao Ministério das Cidades que apresente a proposta de Decreto na próxima reunião do ConCidades, após a discussão no Comitê. O Sr. Sérgio Gonçalves ponderou que não é preciso prever um artigo com a redação proposta, pois o Conselho já aprovou Resolução recomendando a homologação do Decreto e devido ao acordo firmado no Comitê Técnico de Saneamento Ambiental de realizar uma reunião extraordinária para pactuar a Minuta do Decreto que será apresentada na 20ª reunião do ConCidades. O Sr. Ministro das Cidades, Marcio Fortes, ressaltou que assim como no processo de construção da Lei nº 11.445/07 esse é um momento de negociação e que é preciso ter clareza que é necessário manter um equilíbrio entre as propostas dos segmentos, que nenhum segmento terá seus interesses atendido integralmente e se comprometeu a cumprir o acordo firmado no Comitê. A Resolução foi aprovada sem alteração. Logo após, o Secretário-Executivo apresentou proposta de Resolução que recomenda ao Ministério das Cidades que encaminhe à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República o posicionamento, do Conselho das Cidades, favorável à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 495/2006, e a ampliação do debate sobre o Projeto de Lei nº 416/2008. O conselheiro Nelson Saule propôs incluir no Art. 2º que a criação de municípios seja vinculada com o Plano Nacional de Ordenamento Territorial, além do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional. A resolução foi aprovada com a alteração proposta. O Sr. Elcione Diniz apresentou ainda a resolução que dispõe sobre a constituição de Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Organização do V Fórum Urbano Mundial, no ano de 2010, na cidade do Rio de Janeiro. A conselheira Arlete Moysés solicitou o relato dos conselheiros que participaram do IV Fórum Urbano Mundial, realizado na China e houve debate sobre a participação do ConCidades no IV Fórum. A resolução foi aprovada sem alterações. Em seguida, o Secretário-Executivo apresentou resolução que recomenda ao Ministério das Cidades a articulação de ações junto a Estados, Distrito Federal e Municípios para efetivação da prestação do serviço de Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social. A resolução foi aprovada por unanimidade pelo plenário. O

Secretário-Executivo apresentou resolução que recomenda a ampliação de recursos no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e dentro destes destinar R\$ 500.000.000,00 à Ação Produção Social da Moradia. O plenário aprovou a proposta por unanimidade. O Sr. Elcione Diniz apresentou ainda proposta de Resolução que recomenda a constituição de Eixo Estratégico no Plano Nacional de Habitação – PLANHAB que contemple a integração das ações com a mobilidade e a acessibilidade urbana. A conselheira Regina Ferreira propôs que a resolução também contemple as ações de saneamento e de planejamento urbano. A proposta foi acatada pelo Plenário, que aprovou a seguinte redação para a emenda: “Recomendar a constituição de Eixo Estratégico no Plano Nacional de Habitação - PLANHAB que contemple a integração das ações com a Mobilidade e a Acessibilidade Urbana, o Saneamento Ambiental, e o Planejamento Urbano.” Logo após, o Secretário-Executivo apresentou a proposta de resolução que recomenda ao Ministério das Cidades, ao Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão e à Casa Civil o descontingenciamento do orçamento da Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU. A resolução foi aprovada pelo plenário. O Sr. Elcione Diniz apresentou ainda proposta de resolução que recomenda o lançamento imediato do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC da Mobilidade Urbana. O conselheiro Miguel Lobato propôs alteração de redação no considerando de “diversos atores da federação” por “considerando que o governo federal e os governos estaduais têm priorizado suas ações...”. O conselheiro Nazareno Spósito ponderou que é preciso garantir que o PAC Mobilidade não se limite para as cidades que serão sedes na Copa do Mundo de 2014. O Ministro Marcio Fortes afirmou que a posição do Ministério das Cidades é que o PAC Mobilidade é mais amplo e deve atender a mais cidades que as definidas como sedes da Copa. O Secretário Nacional Luís Carlos Bueno enfatizou que as obras do PAC Mobilidade serão investimentos de caráter permanente, que promoverão a qualidade de vida da população. A proposta foi aprovada pelo Plenário com a alteração de redação proposta. Por último, o Sr. Elcione Diniz apresentou a proposta de resolução que recomenda a criação do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito – FUNSET. A proposta de resolução foi aprovada pelo plenário. Em seguida, o Sr. Elcione Diniz anunciou o lançamento de publicações da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE e do Instituto Pólis. A conselheira Regina Ferreira apresentou o lançamento da Revista Proposta “Habitação: uma questão política”, editada pela FASE, que tem como tema principal a questão da habitação, com foco na produção social de moradia. A conselheira informou que a revista tem um artigo que apresenta um levantamento dos conselhos estaduais e solicitou que os conselheiros encaminhem para a FASE as informações sobre os conselhos em seus estados para a atualização deste levantamento. Em seguida, o conselheiro Nelson Saule apresentou duas publicações do Instituto Pólis, que tratam do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e sobre a revisão da Lei de Parcelamento do Solo e uma terceira publicação do Pólis em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, que trata do direito ambiental e urbanístico e informou que estas publicações serão entregues a todos os conselheiros. O conselheiro Miguel Lobato informou que o relator da PEC Moradia Digna entregou parecer favorável à Comissão de Desenvolvimento Urbano e que os deputados Fernando Chucre e Paulo Teixeira, além do relator irão solicitar inversão de pauta, de forma a agilizar a votação da PEC na Comissão de Constituição e Justiça. No encerramento dos trabalhos, o Secretário-Executivo, Sr. Elcione Diniz, e o Senhor Ministro Marcio Fortes de Almeida, se despediram e agradeceram a presença de todos.